



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

		controles internos; Controles administrativos; Controles Contábeis; Controles de prevenção; Controles de Detecção; Meios para atingir um controle interno adequado; Análise dos principais ciclos de uma entidade e seus controles internos.	
Licitações e Contratos Públicos ¹³	<ul style="list-style-type: none">• Licitações Públicas<ul style="list-style-type: none">○ aspectos introdutórios○ decisão de contratar○ conceito○ finalidade○ objeto○ princípios○ obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade○ modalidades○ procedimento○ tipos○ anulação e revogação• Contratos Administrativos<ul style="list-style-type: none">○ aspectos introdutórios○ conceito○ processo de contratação○ objeto○ características○ prerrogativas de direito público da Administração○ modalidades (obra pública, serviços, fornecimento, concessão, parceria público-privadas)○ permissão○ franquia, terceirização, contrato de gestão, convênio○ gestão, acompanhamento e controle do contrato○ extinção○ avaliação dos resultados e dos impactos).	A decisão de contratar, benefícios, custos, assimetria de informação. O Estado como principal contratante. O processo de licitação. Modalidades de licitação. O pregão eletrônico. Modalidades de contratos para prestação de serviços públicos: concessão, permissão, franquia, terceirização, convênio, contrato de gestão. Processo de contratação: adjudicação,	Analisar o processo de licitação no Brasil; discutir as diferentes formas de contratação disponíveis ao administrador público; descrever o processo de contratação no Brasil; discutir as atividades que podem ser objeto de contratação; analisar o papel do administrador no controle e na gestão de contratos. Analisar as principais irregularidades em licitações e contratos.

¹³ Baseado no conteúdo disponível em http://www.esag.udesc.br/arquivos/id_submenu/41/52licit_licita_es_e_contratos_2011_1_florian_polis_denise_pinheiro.pdf



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

		assinatura do contrato. Execução do contrato. O gestor do contrato. Acompanhamento e controle do contrato. Avaliação dos resultados e dos impactos.	
Finanças públicas e sistema orçamentário ¹⁴	<ul style="list-style-type: none">• A Atividade Financeira do Estado. Ciências das Finanças e Direito Financeiro. História e Evolução do Direito Financeiro.• Política Financeira: Teorias, Finalidades e Instrumentos.• Receita Pública. Conceito e Classificações.• Federalismo Fiscal e Pacto Federativo. Discriminação de Rendas. Os Fundos Constitucionais.• Despesa Pública. Conceito. Características e Classificações. Execução da Despesa Pública.• Crédito Público. Empréstimos Públicos. Dívida Pública Interna e Externa. Títulos Públicos.• Orçamento: Conceito, Natureza Jurídica e Funções.• Os Princípios Constitucionais Orçamentários.• Normas Gerais de direito Financeiro. A Lei 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).• O Ciclo Orçamentário: Elaboração do Orçamento. Orçamento participativo. O Processo Legislativo Orçamentário. A Execução Orçamentária.• Orçamento e Planejamento: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual.• A Fiscalização Financeira e Orçamentária. Controle Interno. Controle Externo. Os Tribunais de Contas. Responsabilização dos Agentes Públicos. Controle Social do Orçamento.	O Estado no desempenho da atividade financeira. O pacto federativo e a ordem financeira do Estado brasileiro. O sistema orçamentário: ciclo orçamentário, as peças orçamentárias e a ordem constitucional.	Fornecer ao aluno uma visão abrangente quanto ao aspecto jurídico da atividade financeira do Estado, incluindo as questões relacionadas às receita e despesa pública, ao orçamento e respectivo sistema de fiscalização, bem como noções sobre o crédito público e a legislação orçamentária.
Transparência pública e acesso à informação: teoria e prática ¹⁵	<ul style="list-style-type: none">• Controle Social e Transparência<ul style="list-style-type: none">○ Apresentação dos conteúdos e dinâmicas do curso○ A importância do controle social○ Conceitos gerais sobre transparência• As leis orçamentárias como instrumento de transparência pública<ul style="list-style-type: none">○ LRF e o controle social○ PPA, LDO e LOA○ Orçamento Programa○ Programas, Ações, Atividades e Projetos	Normativos que fundamentam a transparência. Ferramentas da transparência e empoderamento da sociedade. Meios eficientes de conquista da transparência.	Expor aos participantes os normativos que fundamentam as políticas de transparência e acesso à informação, além dos benefícios e desafios inerentes à sua implantação. Apresentar aos

¹⁴ Baseado no conteúdo disponível em <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=DDP8261&verdis=1>

¹⁵ Baseado no conteúdo disponível em <https://www.enap.gov.br/index.php/pt/>